

O GOLPISMO DEMOCRÁTICO NO BRASIL: ANÁLISE DO PROCESSO DE TRANSIÇÃO DE GOVERNO NO PÓS-DITADURA EM 1985

ABREU, Carlos Alves dos Santos, RU 1181015

(Bacharelado em História pelo Centro Universitário Internacional UNINTER)

SILVA, Gustavo Henrique (Orientador convidado)

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo entender o processo político brasileiro durante o período em que os militares assumiram a cadeira presidencial. Suas ações que culminaram em atos polêmicos contra pessoas e grupos opositores, buscamos compreender esse processo a partir de uma análise historiográfica de autores que cobriram o período de 1964 a 1985, verificando que ao longo dos anos surgiram disputas de memória que ainda se mantêm vivas na luta pela explicação dos reais motivos de duas décadas de governos militares, e os reais interesses que os levaram a sair do poder e a entregá-lo a políticos não-militares.

Palavras-chave: Controle. Mudança social. Transição democrática

1. INTRODUÇÃO

Entender a trajetória histórica do período entre 1979, que marca o ano da abertura aos direitos políticos no Brasil, e 1985, ano que consolida a transição de poder presidencial dos militares aos civis, foi um período que requer análise, justamente para ser esclarecido como se deram as negociações, os acordos, as garantias de uma não retaliação contra os militares por parte dos governos civis que assumiram dali em diante, ou entender as interferências e manipulações dos próprios militares nas discussões sobre a realização da transição de poder.

A análise mostrou que os militares durante o período entre 1979 e 1985 sempre estiveram à frente do processo de transição, exatamente para garantir que o processo ocorresse dentro do controle esperado, e que aquele que fosse assumir a presidência não tivesse em sua pauta de governo qualquer vontade política de buscar punir os

militares envolvidos em atos de violência contra a sociedade, ou contra membros de grupos considerados terroristas, que haviam sido torturados, presos, assassinados e mesmo desaparecidos.

O estudo foi elaborado tendo como referência uma análise bibliográfica de autores brasilianistas como Thomas Skidmore (1988), brasileiros como Marcos Napolitano (2014), Marco Antônio Villa (2014), a cientista política Maria Helena Moreira Alves (1985), que cobriu um período entre 1964 a 1985, mais que em sua análise deu valiosas contribuições em temáticas como o projeto de intervenção dos militares como ações orquestradas ideologicamente. Buscou-se ainda analisar trabalhos de jornalistas como Elio Gaspari, que cobriram os diversos governos militares, tendo publicado cinco volumes sobre a temática, onde ficou visível em suas análises que para os militares não bastava uma mera abertura política com a entrega da faixa presidencial, era preciso tomar à frente na condução dos trabalhos parlamentares para que de fato houvesse as garantias necessárias de um novo governo que fosse pacífico, que não voltasse sua atenção para trás da história (como a própria anistia sugeria), que virasse a página para uma nova condução política do país.

No entanto, o que vai se perceber é que o período de transição que vai de 1979 a 1985, não pode ser caracterizado por uma política de boa vontade dos militares em entregar a cadeira presidencial, meramente pelo reconhecimento gratuito da necessidade de uma política democrática de governo. Isso se deu a partir do reconhecimento do próprio desgaste político, enfrentado por ondas sucessivas de planos de governos que não souberam dar conta das grandes demandas econômico-social pela qual o Brasil passava. Os planos econômicos dos governos militares trouxeram uma falsa sensação de crescimento, inchando a economia, a base de empréstimos de credores internacionais na consumação de grandes somas em dinheiro na construção de obras nas quais, não trouxeram um retorno direto a população, que de uma forma geral passava uma recessão dentro de uma conjuntura de baixos salários, inflação alta, desemprego, educação, saúde e infraestrutura sob péssimas condições, aliado a falta de liberdades políticas que não deixavam grandes opções de escolha.

Se verificará que o novo ambiente parlamentar que estava surgindo, se deu a partir dos seguimentos e embates políticos que estavam abrindo caminho para as

novas configurações político-ideológicas sem interferências dos militares, que ao longo de vinte e um anos controlaram o cenário político brasileiro, haviam rechaçado qualquer oposição que ameaçasse a sua homogênea governamental, a não ser uma oposição consentida, que ao fazer críticas a forma de governar de alguns militares, sustentava a imagem de uma ala congressista que mantinha fortes posições contrárias ao governo de maneira independente, sem medos das consequências, e desposta a assumir os riscos de uma intervenção sob força bruta militar, mas sabiam que tudo não passava de uma posição política relativa, sem forças reais de mudanças que não estivessem nas decisões prévias que saíam da caserna.

O presente artigo utilizou de uma de fontes historiográficas, cujos trabalhos cobrem o período proposto por esta análise, na tentativa de encontrar subsídios que esclareçam igualmente os fatos que estariam por trás dos interesses que levaram os parlamentares a não aceitar que houvesse uma abertura política plena, através da emenda Dante de Oliveira para que se consolidasse um pleito eleitoral para a escolha direta do novo presidente.

2. O PROJETO DE ABERTURA POLÍTICO-DEMOCRÁTICA DE 1979

O projeto de distensão e abertura deve ser entendido à luz de todo um contexto político, econômico e social em que passava o Brasil no final da década de 1970, justamente para se entender os motivos que levaram os militares (pelo menos a ala moderada) a projetarem a transferência de poder para os governos civis, ainda tivessem em mente que a sua permanência no poder estaria assegurada por muito mais tempo.

Primeiramente esta abertura estava dentro de um projeto muito bem preparado que seguia um cronograma de ação, ou como diria Maria Helena Moreira Alves, “a política de abertura mantinha-se no curso traçado pelo método de liberalização controlado” (1989, p. 278). Era de suma importância para o Estado ter o controle necessário sobre o senado (assegurado pelos senadores biônicos) e do colégio eleitoral (formados por membros do congresso e delegados das assembleias estaduais e câmeras municipais). Estes trabalhariam para eleger o próximo presidente, mas para isso era preciso uma vitória nas eleições gerais nos estados, o que naquele momento já tinham conhecimento através do SNI, que o partido do

governo (PDS) só mantinha força para uma vitória nos estados de Alagoas, Sergipe, Bahia e Maranhão, o que dentro do projeto de controle político seria inaceitável, já que isso significaria alternância de poder com figuras e partidos de oposição (Moreira Alves, 1984), que além de serem figuras que haviam sido perseguidos e excluídos do cenário político nacional, não estariam sobre controle de um Estado que precisava, como se verá adiante, de garantias após a entrega de poder.

Para que houvesse uma entrega da faixa presidencial com a seguridade esperada, era preciso manipular o processo eleitoral para que este conferisse garantias de que a oposição não teria a maioria nas eleições estaduais e municipais. E isso foi feito através de um pacote de reformas eleitorais, com uma série de medidas que mais beirava a um “golpe democrático”, pois obrigavam a que fossem feitas as escolhas vinculadas, voltadas a direcionar resultados favoráveis ao governo (NAPOLITANO, 2014, p. 256, 257). A abertura poderia até ser feita, mas sob as regras do jogo dos militares que jamais aceitariam o resultado sem seu consentimento. Isso significa dizer que até na transferência do poder, eles queriam dar as cartas no jogo político controlando até os últimos instantes, não abrindo mão na escolha de quem os substituiria. Era preciso garantir que o próximo presidente fosse alguém que estivesse dentro dos limites de ação governamental que não causasse embaraço aos militares, tanto aos que participaram do governo em cargos administrativos, como aqueles que estavam diretamente envolvidos em atos de violência contra pessoas e grupos que faziam oposição ao governo (NAPOLITANO, 2014, p.235).

O projeto de uma abertura lenta e gradual, como ficou conhecido, no final visava garantir que os militares não fossem punidos por suas participações em uma série de atos ilegais que feriam os princípios básicos dos direitos humanos (NAPOLITANO, 2014, p.283). E foi exatamente temeroso que isso pudesse acontecer, que uma ala militar radical patrocinou uma série de atos de terrorismo visando interromper o processo de abertura política (NAPOLITANO, 2014, p.285). O que levou o governo a trabalhar no intuito de fazer com que estes integrantes tivessem a seu favor a garantia de que as propostas de transição incluíam até mesmo os atuais atos de violência praticados, concedendo-lhes perdão total, independentemente de quais repercussões tiveram na sociedade. Embora, àquela altura, não fosse tolerado qualquer movimentação que interrompesse um projeto que já estava seguindo um programa de

ação delineada para se alcançar o sucesso, ala mais radical dos militares continuaram a insistir nos atos de violência para não ter que entregar o governo aos civis.

Mas mesmo com tal insistência, o governo sabia que o novo ambiente político e econômico não era mais favorável a sustentação de sucessivos governos militares, manipulando as leis e o congresso para se ajustarem às suas exigências em aprovar leis favoráveis as políticas de governo. Aliás, a própria transição foi uma articulação dentro do próprio desejo do governo, tanto quanto a escolha do novo presidente do país. Fazer a transferência de poder, embora a nova conjuntura político-econômica exigisse, foi ainda assim, uma iniciativa própria do governo militares (de Geisel a Figueiredo), mantendo o devido controle, que entendia a necessidade dessa transferência de poder (NAPOLITANO, 2014, p.239, 323).

O fato é que não havia mais condições políticas de se manterem sucessivos presidentes, cuja prática àquela altura, era apenas reflexo da institucionalização da política de segurança nacional, com a sua caça nacional ao comunismo, combate a grupos guerrilheiros, preservação da moral cristã, e a “pseudo” ordem política e econômica do país. Era necessário se permitir a uma nova possibilidade política, a partir de novas escolhas alternativas, já que os sucessivos pretendentes além de serem exclusivamente militares, eram sempre escolhidos pelo Congresso Nacional, este sempre acuado por força de lei pelos próprios militares, que os obrigava a uma escolha de cartas marcadas.

A transição seria este romper em definitivo com esta política de manipulação com ares de pseudodemocracia. Para se entender melhor, o conceito de democracia dos militares tinha a ver com alternância de poder, onde a contínua transferência administrativa de um para outro, desejava mostrar que em uma ditadura (como acusavam de ser os governos brasileiro), não se faziam mudanças de faixa presidencial. No entanto, a discussão sobre a forma de tais escolhas e transferências, não entravam na pauta do que podemos chamar de permissividade democrática, onde pudessem ser notadas que as escolhas estavam dentro de um quadro de alternância predeterminada. Ou seja, para os militares o importante estaria em se manter a aparência de uma república democrática, pelo “mero debate de ideias e críticas construtivas”, conforme aponta Napolitano (2014, p.240, 241), sempre possibilitando a manutenção de uma escolha alternada de um novo presidente, e não a forma que conduziria este ao poder. Era na prática um jogo de dissimulação, de faz de conta

pseudodemocrático, porque democracia para os militares seria uma sociedade que não discutia, apenas aceitava um jogo político como se ele por si só fosse algo legítimo pela representatividade que tinha da própria sociedade.

Se o que importava era esta substituição contínua, isso justificaria a argumentação de que o governo pode até ser formado em torno de militares, mas tanto a alternância do executivo, ou de um Congresso que votava as propostas do governo, cumprindo as suas funções parlamentares, como a existência de um partido de oposição (MDB), ou a existência de uma vida cultural que conseguia se expressar, seriam por si só, evidências de uma vivência social de um país que não andava na sombra do terror como os grupos opositores radicais estariam afirmando (Napolitano, p.99). Assim, os militares no poder seriam a garantia de um país politicamente estável, sem o perigo de pessoas e grupos estabelecerem no território brasileiro um governo que não primasse pelo consideravam a ordem social correta, padronizada em família com Deus, com um sistema político conservador secular, e que fizessem das organizações trabalhistas motivo de contravenção social, verdadeiro caso de polícia.

No entanto, se os vinte e um anos de governo forem analisado economicamente, será constatado que a sua política favorecerá tanto o empresariado interno quanto o externo, agindo como um agenciador da lucratividade empresarial. Os sucessivos governos militares foram na verdade, a garantia de que esse empresariado tivessem o retorno financeiro esperado (HAAG; GUERELLUS, 2019, p.259, 263; NAPOLITANO, 2014, p.148, 149), e com uma sociedade tanto quanto a massa de trabalhadores sempre controlados (NAPOLITANO, 2014, p.261), e toda espécie de organizações, fosse partidária, sindical, associação militar ou civil que tivesse uma pauta contra, seriam rotulados como comunistas, socialistas, terroristas, antipatriota, inimigos da nação. Eram pessoas e grupos que estariam em prol da destruição do que era considerado uma ordem cristã, pacífica, ordeira. Por isso todos os que não se ajustavam ao perfil do que consideravam o padrão do que seria esta sociedade “sem conflito seriam considerados subversivos sociais”, devendo, portanto, serem colocados sob expurgo, sob a tutela de uma verdadeira “caça às bruxas” (HAAG; GUERELLUS, 2019, p.231). Por isso que ao longo dos governos, frases do tipo “Brasil, ame-o ou deixe-o”, foi usada para concretizar uma sociedade idealizada, que estivesse livre de conflitos, sem contradições sociais, onde todos pareciam aceitar a ordem social estabelecida sem contestações. Mas o próprio governo sabia que os

conflitos armados que tanto enfrentava, quanto o controle da imprensa e da sociedade através do Doi-Codi, já era prova suficiente de que tal sociedade sem conflitos nunca existiu no Brasil (HAAG; GUERELLUS, 2019, p 249). Por isso mesmo podia se ver a existência de movimentos de contestação espalhados pelo país, sejam na forma de partidos clandestinos (como o PCB, PCdoB), seja por meio do mundo artístico (arte musical, cinematografia), que expunha visivelmente uma sociedade que fervilhava por dentro, e que apenas se mantinha sob controle pelos órgãos de controle de um Estado policial que insistia por manter um país com tantos problemas sociais, econômicos, urbanos, e com tanta diversidade heterogênea, quando sabia que isso seria um empreendimento praticamente impossível, a considerar pela extensão territorial do país.

De fato, os sucessivos governos se propuseram a executar tal empreitada custosa, o que ao longo da sua existência de 21 anos, destacou a sua imagem de governo que veio para solucionar os grandes problemas sociais que assolavam o país inteiro. Mas a partir de 1978, como aponta Marcos Napolitano, “ cada vez mais criticado por vários atores sociais e políticos, o governo anunciou a Emenda Constitucional nº11, que acabava com AI-5, com a cassação de deputados pelo poder executivo, com habeas corpus e extinguiu a pena de morte e a prisão perpetua” (NAPOLITANO, 2014, p. 262). Ele ainda prossegue sobre esse contexto, dizendo que “desenhava-se o pior dos cenários para o regime: a convergência entre a oposição das entidades civis, o partido de oposição e o protesto das ruas, lugar tradicionalmente ocupado pela esquerda e pelos movimentos sociais (NAPOLITANO, 2014, p.266). Deve-se levar em consideração que o empresariado já estaria se estranhando com o governo Geisel desde 1974, em um misto de defesa do liberalismo econômico, reconquistar espaços de interferência nos conselhos governamental, embalada na crítica que se convergia entre a reprovação a uma possível política de estilizações com a defesa da democracia política no país, considerada por eles o corolário da livre iniciativa e do desenvolvimento econômico (NAPOLITANO, 2014, p.267).

3. AS DIRETAS JÁ E A EMENDA DANTE DE OLIVEIRA

Tanto as diretas quanto a emenda Dante são dois aspectos da história política brasileira que não podem ser tratadas separadamente, isso porque uma impulsionou

a outra na expectativa da mudança de um atual quadro político que já se havia notado estar desgastado, e demandava de uma restauração para uma nova forma de governabilidade, fosse em decorrência da expressão popular, fosse em uma expressão de novas leis que apresentassem naquele momento histórico, no reflexo de um quadro político de uma população que se descobriu com necessidade que até então não eram atendidas. Uma expressão que só estava sendo representada quando não pelos movimentos revolucionários (já debelados e arrefecidos), ou pelo partido político organizado no congresso, mas que mesmo sendo oficialmente representante da vontade popular, tinha seu raio de ação limitado pelo controle do estado, que desde o seu início atuava como agente policial na execução de suas políticas governamentais polindo e ajustando as ações parlamentares na elaboração e votação das leis.

Como o próprio nome sugere, a emenda leva o nome do deputado federal Dante de Oliveira, que apresentou esta proposição em 1983 sendo executada no ano seguinte (NAPOLITANO, 2014, p.308), mas não exclusivamente como forma de boicote ao regime militar de governo, mas como uma expressão espontânea advinda do próprio desgaste de um governo que por si mesmo já se via como em seus últimos dias. Como já foi discutido, a transição não foi opção meramente voluntário que sobreveio de uma política de boa vontade dos militares. Neste caso pode-se observar dois fatos: A saída dos militares estava vinculada, segundo Francisco Teixeira (2018, p.29) ao crescimento econômico do país e queriam deixar o governo quando ainda tinham com popularidade. A outra é que a própria estrutura governamental montada por eles se tornou grande e burocrática demais até para eles mesmos conseguirem sustentar, com a crise política e econômica instalada. Conforme aponta HAAG e GUERELLUS:

A crise do regime militar brasileiro apresentou causas relativas à pressão externa e aos condicionamentos da economia mundial e, no plano interno, à crise econômica provocada pelo esgotamento do modelo adotado, além da crise política no aumento considerável da força da oposição emedebista no Congresso. Disso veio a tentativa de Ernesto Geisel, ao longo de seu governo, de controlar da melhor maneira possível um processo que parecia inevitável (HAAG; GUERELLUS, 2019, p, 264).

Assim, diante de um ou outro quadro que já estava instalado no Brasil, a distensão teve um caráter de saída honrosa diante de uma eventual queda drástica do governo, eventualmente podendo desmoronar por si só, fosse pela incompetência

em não saber articular uma saída estratégica dos militares do poder, como acabou acontecendo em países como Argentina, Portugal e Grécia, como bem frisou a cientista política Maria Helena Moreira Alves (1989). Ainda mais se estando associado a uma substituição por alguns personagens sem as devidas garantias esperadas pela mediação feita pela política de distensão lenta, gradual e segura.

Em todo caso, ainda que não houvesse nenhuma política de distensão, abertura os sucessivos governos se desgastariam a médio ou longo prazo, pois a própria estrutura com a qual a máquina foi montada mais cedo ou mais tarde desmoronaria. Isso prova a própria dificuldade de trabalhar a política econômica que não conseguia sequer conter a inflação, que chegava segundo Maria Helena Moreira Alves (1989, p.324) a 200 % ao ano quando Figueiredo estava passando o governo. Desta forma, a política de distensão longe de ser a busca pela implantação de governos civis e democráticos, foi a prova de que os militares reconheceram que não eram mais capazes de administrar aquilo que eles mesmos montaram, fosse pela força ou pela política econômica nacional desenvolvimentista. Na prática, foi o reconhecimento de que não sabiam que soluções dariam aos rumores de um país afundado em dívidas, desempregos, alta inflação, possibilidade de moratória aos credores internacionais (NAPOLITANO, 2014, p.214) e uma máquina administrativa inchada que não correspondia às grandes demandas socioeconômicas e uma crise que desgastou o próprio regime (HAAG; GUERELLUS, 2019, p.264).

O Brasil entrava em um novo contexto social onde os cidadãos menos aterrorizados passavam por uma outra mentalidade de entendimento político. O que se pode verificar foi uma massa participante de uma série de eventos exigindo uma abertura para uma configuração política partidária que representasse uma maior participação popular. Embora, igualmente, podemos perceber que a permissão para a criação e reestruturação partidária visasse fragmentar a própria oposição, sabido entre todos que suas próprias divergências ideológicas os mantinham posicionados na busca por suas conquistas, levando a lutarem contra o outro (NAPOLITANO, 2014, p.299).

Diante de um quadro político vivido no plano eleitoral, onde o presidente era escolhido pelos próprios congressistas, a partir dos artigos 17 e 148 da Constituição Federal de 1967, a emenda Dante propunha que a lei fosse modificada nos referidos

artigos, permitindo que as próximas eleições fossem, a partir de então, pelo voto direto, e já no mês de novembro de 1984, deixando os congressistas a proeminência da escolha, transferindo o voto para os próprios brasileiros nas urnas. Seria de fato, depois de duas décadas, uma retomada para as mãos de quem realmente deveria decidir os rumos do país.

A proposta demonstrava não apenas que os brasileiros assumiriam a chance de uma abertura completa, coroando o processo eleitoral já iniciado pelas eleições municipais em 1974, mas daria aos militares uma resposta diante do controle exercido pela transição proposta desde 1979, e que estava sendo praticada numa espécie de gestão bem prolongada, uma gestão que esperava o momento oportuno para o desfecho a partir dos militares.

A transição do regime militar para um regime civil funcionou como o planejado por Ernesto Geisel ainda nos anos 1970, e eleições diretas para presidente só ocorreriam após a promulgação da Constituição de 1988. O colégio eleitoral, no entanto, foi o responsável pelas eleições do primeiro presidente civil após mais de 20 anos de ditadura (HAAG; GUERELLUS, 2019, p.292).

Os militares conduziram a todo instante o processo, esperado a ocasião adequada, segura para si, para poder fazer a transferência de poder. A análise que pode ser feita deste evento é que aceitar a emenda seria permitir escapar o controle de tal processo entregando-o aos partidos políticos, aos líderes partidários, e aos eleitores, e se permitindo ceder diante da pressão popular. Isso seria inaceitável.

Se a emenda seria a chance da instalação de um novo quadro eleitoral, a sua não aceitação seria igualmente a demonstração de força do regime militar, que não desejava perder a chance de uma saída com garantias constitucionais à sombra um próximo governo que não se transformasse em um calcanhar de Aquiles para seus integrantes e simpatizante. Sobre tais garantias, Teixeira da Silva aponta que:

O projeto de abertura, assim elaborado, deveria claramente comportar garantias básicas para o regime: evitar o retorno de pessoas, instituições e partidos anteriores a 1964; proceder-se em um tempo longo – seu caráter lento-, de mais ao menos dez anos, o que implicaria na escolha ainda mais segura do sucessor de Geisel [...] (TEIXEIRA DA SILVA, 2012, p.262, 263).

Permitir que tal processo lhe fugisse às mãos, seria possibilitar que movimentos e pessoas que nos últimos vinte anos foram perseguidos, exilados, excluídos da vida

pública ocupasse cargos importante do país, a qual eles mesmos deveriam se submeterem. Naquele momento, além de ser humilhante, seria perigoso para eles mesmos. Logo, era preciso negá-lo mesmo correndo o risco de serem interpretados sob clara evidência de continuísmo, ante a possibilidade de uma ruptura drástica de mudança no executivo. Era preciso uma transição que arrefecessem os ânimos naquele momento, evitando governos inesperados, fora do controle ideológico proposto pelo projeto de uma “transição lenta, gradual e segura”.

As diretas como movimento de rua foram certamente interpretadas como uma força de persuasão que frustraria todo um projeto, que desde o final da década de 1970 já estava no cronograma de ação política do governo Geisel, e aceitar qualquer pressão externa, seria permitir que fatores externos manipulassem os resultados desejados. Por isso, ainda que os militares tivessem permitido as diretas nas ruas do Brasil, vendo a sua articulação nas diferentes cidades do país, não fazendo nenhuma intervenção militarizada, apenas pode ser visto como criando a falsa sensação de uma abertura irrestrita, quando igualmente nos bastidores a sua força se fazia presente. Apenas lembrando que o processo de escolha do presidente estava nas mãos do colégio eleitoral, que, por sua vez, foi devidamente manipulado pela entrada de deputados em sua grande maioria do PDS, partido pró-governo. A presença efetiva de tais deputados na escolha, evidencia não apenas que o governo estava o tempo todo manipulando a escolha de um novo presidente, em pleno contexto de “abertura política”, como desconsiderava o conceito de democracia, qual tentava transparecer a partir de 1979. Disso pode ser interpretado que não havia democracia no sentido exato de sua aplicabilidade, antes o que estava ocorrendo a partir desse período foi concessões políticas para o estabelecimento de um fim predeterminado. Mostrar-se democrático, quando por trás se faz um jogo de manipulações e controle, é ser desonesto com o próprio conceito de democracia, que requer participações e aberturas nas decisões, seja ela o resultado que for nas urnas.

O resultado eleitoral, dentro dos objetivos propostos de 1979, era os objetivos mais esperados pelos militares no governo. A condução do próprio processo eleitoral desde quando assumiram o poder em 1964, foi um ato político levado a sério, já que no entender dos militares, deixar a condução seguir pelas vias diretas, seria permitir que os comunistas tivessem a chance de permanecer sempre participando das decisões sobre os rumos que o país deveria ter. No entender dos militares, os

comunistas estavam por demais espalhados pelos diversos setores sociais, entre sindicatos, comunidades eclesiais de base, escolas e universidades, movimentos camponeses, igrejas católicas e protestantes, e deixá-los seguir assistindo passivamente sua inserção no próprio coração do poder, vendo-os minar o que consideravam um valor sagrado, que era a família, a religião, a hierarquia, seria inaceitável depois de tanto combatê-los.

O problema, no entanto, era que tais valores sagrados eram vistos pelos comunistas como instituições de cunho alienante, que sacralizava um processo de controle da própria sociedade, que era doutrinada a pensar na hierarquia como um valor indissociável se um país almejasse crescimento. Era preciso seguir tais regras que nos foram passadas como verdade. Dentro desta lógica, viver fora desta rotina era ser considerado subversor social. “A realidade, socialmente edificada através da institucionalização, por este jogo dialítico da reificação apresenta-se então aos homens como um dado objetivo, que lhes determina a consciência (DUARTE JR, 1991, p.44) ”.

Seria o mesmo que dizer que a sociedade foi estruturada desta forma e nele deve permanecer. Assim, devemos analisar o problema da “subversão”, não apenas como movimento armado, meramente como indivíduos e grupos ignorantes dispostos a derrubarem os governos militares, mas como grupos que contestavam modelos sociais que se arraigavam numa tradição de controle social que ainda mantinha a grande maioria da população brasileira analfabeta, profissionalmente submetidas a exploração nas fabricas, à mercê do abandono no campo, e explorados pelos fazendeiros, sem garantias trabalhistas, pois as leis não os contemplava. Este era um fato que já estava consolidado na história brasileira desde o tempo de Getúlio Vargas, que praticava os mesmos atos, e foi seguido de perto pelos governos militares. Como bem enfatiza, Schwarcz e Starling *apud* Haag e Guerellus:

Por outro lado, a repressão à organização e à mobilização dos trabalhadores era intensa. A intenção era não deixá-los se organizar fora do controle ou da tutela estatal; para isso, os sindicatos autônomos foram abolidos e enquadrados como órgãos de colaboração do Estado e os trabalhadores rurais foram excluídos dos benefícios trabalhistas (HAAG; GUERELLUS, 2019, p.109).

Por isso mesmo quando se analisa a história, se ver que tais pessoas e grupos foram considerados subversivos porque decidiram não aceitar a presença de um

governo que desejava manter uma estrutura de um país arraigado numa tradição oligárquica, que sempre esteve no controle político e econômico do país, e não aceitou perder espaço para seus pares (Haag; Guerellus, p.89).

O fato é que os militares buscaram controlar pela força esses grupos, que sempre mantiveram seus projetos latentes, na esperança de um dia os colocarem na prática. A abertura mostrou ser o momento impar na história política do Brasil, depois de passarem duas décadas de repressão social. No entanto, a sua real efetivação não foi algo fácil para os que poderiam estar esperando uma transição apenas a partir da divulgação de um pleito eleitoral amplo, irrestrito, sem a necessidade de predeterminar como seria o processo, e quem deveria assumir a cadeira presidencial. Os militares mostraram ter interesse numa condução eleitoral, quando simplesmente poderiam sair de cena, e esperar a sociedade escolhesse seu novo representante. Mas este, como veremos a seguir, tinha quer ter ou seguir a cartilha estabelecida, garantindo e consolidando a isonomia de todos os que estavam envolvidos em atos de violência, ou mesmo serem responsabilizados pelas políticas econômicas desastrosas que levaram o país a altas inflações.

4. O GOVERNO SARNEY COMO GARANTIA DE IMPUNIDADE E ESQUECIMENTO HISTÓRICO

Como bem sabemos, José Sarney entra para a presidência em decorrência do falecimento de Tancredo Neves. Mas a escolha dos dois por mais que seja considerada um complô que elegeu Tancredo, conforme entende Gilberto Dimenstein (1985), ainda assim estiveram dentro do viés proposto pela transição, mesmo sendo Maluf o candidato do governo. Isso porque tanto Tancredo estabeleceu acordo com a cúpula militar para um novo governo que não trouxessem embaraços aos militares, como Sarney levou a proposta adiante.

A trajetória de Tancredo Neves é a de um político que atuava dentro da ala oposicionista no parlamento brasileiro, mas como se sabe, sua atuação estava nos moldes de uma oposição consentida e controlada pelos instrumentos do Estado.

Deve ser lembrado que o novo período presidencial inaugurado com a vitória de Tancredo Neves no colégio eleitoral, não encerra o poder de influência dos militares sobre a política brasileira (Ferreira; Neves Delgado, 2018, p.42). Isso porque a morte

de Tancredo em decorrência de problemas de saúde (Ferreira; Delgado, 2018, p. 40), leva a uma crise de posse, já que este ainda não havia assumido oficialmente a faixa presidencial, o que poderia ocasionar uma tentativa de golpe por parte de militares da linha dura, que ainda não aceitava o processo de abertura política e rondava o planalto em busca de um pretexto de permanência (Ferreira Delgado, 2018, p. 35,36). Mas se por um lado esses militares, tanto quanto os próprios partidários não viam a ascensão de Sarney com bons olhos, por outro lado, ele daria continuidade as propostas de Tancredo que já havia anunciado em “carta pública que não fazia perguntas as Forças Armadas sobre o passado da ditadura” (Haag, Guerellus, 2019, p.292; Skidmore, p.483). Na verdade, a proposta de governo de Tancredo foi de conciliação, demonstrando claramente que a lei da anistia de 1979 não seria revista, mesmo sabendo que os torturadores militares saíram ilesos com a promulgação da lei sob a presidência de João Figueiredo, que perdoava crimes de qualquer natureza motivados politicamente, exceto os classificados terroristas. O que não pratica a lei não se revelou tão ampla, geral, irrestrito (HAAG; GUERELLUS, 2019, p.287, 289).

O fato é que de modo geral, não fazia diferença alguma ser Sarney ou Tancredo (ou Maluf, o que talvez fosse pior) no que se refere a questão das disputas em torno de rever possíveis injustiças quanto a forma com que a Lei de Anistia encarava a relação entre o contexto de repressão vivenciado por aqueles que fizeram oposição ao governo, e o perdão concedido aos que torturavam e mataram em nome de uma sociedade livre do comunismo. Aqui considera-se Sarney, porque foi ele quem no final assumiu o governo, e mostrou ser aquele que sustentaria as garantias propostas por Tancredo referente ao esquecimento histórico de um contexto que precisava ser deixado para trás, seja para que os militares abrissem mão da presidência, já que não queriam ser contrariados (SKIDMORE, 2000, p.326), seja para que civis igualmente comprometidos com o regime não fossem responsabilizados pelo apoio conferido no sistema de repressão (NAPOLITANO, 2014, p.43, 44), ou mesmo sabia que havia militares que condicionavam a abertura sob a condição de que ela fosse lenta, na medida em que eles conseguiam absorver os seus ideais.

Sarney não apenas levou adiante as propostas de Tancredo deixando os militares seguirem seu tradicional caminho como poder moderador, como ainda concedeu aumento de salários aos militares o que seria outra clara evidencia do seu compromisso em manter sua palavra de não retaliação. Tal atitude, sem dúvida, foi

reflexo de sua vida política, pois foi membro da Arena durante todo regime, sustentado e aprovando todas as medidas dos governos militares enviavam ao Congresso para serem apreciadas. Particularmente o que pode ser evidenciado de seu governo, e o ele seria, independentemente do que Tancredo promettesse em campanha sobre os militares, um hábil político que não decepcionaria a caserna, o que mostrou mais no favorecimento, abonando os militares de qualquer responsabilidade legal sobre seus atos de repressão. Ele não foi meramente um cumpridor das promessas de campanha de Tancredo, foi o que deveria ser com a ideologia política, pois sempre apoiou os governos militares (VILLA, 2014, p.330).

5. FATORES CONDICIONANTES E REDEMOCRATIZAÇÃO NO BRASIL

Longe do que muitos podem imaginar para o contexto da história política brasileira sob a tutela dos regimes militares, houve vários fatores tanto internos como externos que conduziram a abertura política para os atuais governos civis. Como bem salientou Teixeira da Silva,

O final dos anos de 1970 e a década de 1980 assistiram, por toda a América Latina, a um intenso movimento de, com a substituição das ditaduras militares que desde várias décadas dominavam o programa político continental (TEIXEIRA DA SILVA, 2018, p 42).

Ele prossegue considerando as mesmas transformações no Leste Europeu, e usa o exemplo da própria URSS, como um caso de governo dominado por um regime que controlou uma sociedade durante décadas, que igualmente passava pelo mesmo processo de redemocratização.

No Brasil, o processo não se deu como um ato de reconhecimento dos militares dos direitos da população, pela mera força de uma benevolência, antes considerava-se, conforme afirma Francisco Teixeira (2014, p. 255), que a abertura foi um projeto de poder de Geisel. É certo que o projeto de abertura já estava em curso desde 1974, quando Geisel assume a presidência, propondo o chamado Projeto Geisel. Golbery. Mas outros fatores, conforme afirma Francisco Teixeira, foram determinantes para uma forte decisão tanto Geisel quanto de Figueiredo, e posteriormente Sarney, abrirem e consolidarem a democracia no Brasil. Vejamos resumidamente cada um deles para entendermos os fatores que delineou o processo de abertura democrática.

Fato é que mesmo sabendo e sentindo os efeitos de tais condicionantes, os militares radicais insistiam em que tal abertura não se concretizassem, ou se não pudesse ser contida, como de fato foi o que houve, esta deveria passar pelo que chamaram de processo político “lento e gradual e seguro”. E dentre os condicionantes temos o fator econômico internacional através do choque do petróleo em 1973, a crise de juros externos em 1982, o endividamento externo brasileiro, a pressão norte americana pela defesa dos direitos humanos, a partir do governo de Jimmy Carter, invertendo a ordem estratégica de não mais intervir na política interna dos países latino-americanos, deixando como diria Francisco Teixeira (2019), o curso dos acontecimentos seguirem o rumo a governos democráticos. Internamente, a crise econômica torna-se, nas palavras do próprio Francisco Teixeira, “obsedante, levando o país a decretar a moratória de suas dívidas em 1983” (p.271). Segundo o próprio Teixeira, (p.253), o modelo econômico praticado no Brasil já dava em finais de 1970, os “primeiros sinais de esgotamento do que até então se praticava em toda a América. As exportações haviam caído, os investimentos externos se voltaram para os Estados Unidos, pelo oferecimento de títulos de garantidos pelo tesouro americano, sob o atrativo aumento dos juros, criou o encerramento do ciclo de crescimento no Brasil. Para completar, foram incapazes de continuar com um ciclo de exportações com produtos mais competitivos, já que o mundo estava se modernizando; perderam financiamentos dos Estados Unidos que não cedia mais dinheiro a países que desrespeitavam os direitos humanos (Teixeira, p.254); o arrocho salarial; o controle da imprensa, o controle dos sindicatos; a política de juros altos; a falta de eleições diretas, (teve uma abertura em 1974 para prefeitos e deputados, vereadores, voltando em 1978 pela lei Falcão).

Como foi dito acima, ainda que sentindo todos estes condicionantes, o militar da linha dura persistia em não abandonar o planalto. Prova disso é a tentativa de interferência no próprio processo de sucessão de Figueiredo, onde diante da falta de interesse político deste, a cúpula das Forças Armadas enviou-lhe um documento “com sugestões para uma ação ordenada do governo para eleger Maluf”. (Villa, 2014, p.334). O mesmo documento, segundo Villa, sugeria que o presidente Figueiredo saísse do campo das palavras e fosse para o plano das ações concretas (Villa, p.334). Para estes militares ao que parece nada seria natural em que ficar onde estavam desde de 1964.

No entanto, os fatos estavam postos à mesa, e a ala moderada das Forças Armadas sabiam que o contexto mundial, tanto quanto o latino americano e brasileiro já dava sinais do desgaste da imagem de governos militares. Os militares sabiam que mais cedo ou mais tarde surgiriam condicionantes que limitariam suas ações, sejam no plano policial-repressor contra grupos organizados, seja pelo contexto de abertura política (Villa, p.334), seja no modelo de repressão praticada contra a uma população que à esta altura de finais da década de 1970, já manifestava sinais de insatisfação. A opção seria, como bem salientou Francisco Teixeira (2014), os militares entregarem o poder em um momento onde o país ainda estivesse apresentando um bom desempenho econômico para saíssem de cena com uma imagem preservada, de patriotas que não apenas salvaram o país da ameaça comunista e terrorista, como transformaram o Brasil em um país potência, grande, comparável a qualquer outro desenvolvido, que possui altos índices de crescimento econômico.

O problema, no entanto, é que o tempo foi passando, este projeto não saiu do papel, e os militares tiveram que ver minguar os tais índices de crescimento, e serem forçados a seguirem o plano entregando a economia do país com uma série de dívidas (Ferreira, 2018, p.44). Diante de tais condicionantes, seria mesmo inevitável conseguir manter a presidência por muito mais tempo. E os militares que desejavam o continuísmo do regime, foram aos poucos sendo acalmados com sinais de que não seriam prejudicados em nenhuma circunstância, tanto como convencidos de que não havia mais condições políticas de se manterem na presidência do país.

6. METODOLOGIA

O artigo aqui elaborado foi estruturado tendo por base a pesquisa bibliográfica de autores cuja trajetória foi o desenrolar da política brasileira entre os anos de 1964 e 1985, cuja obras retratam um período turbulento vivenciado sob o regime militar que controlou o cenário social, econômico, cultural e político. A análise de autores buscou considerar que o período entre 1979 a 1985, foi significativo quanto ao modelo político proposto pelos militares para o estabelecimento da chamada transição democrática. Tal período foi detalhadamente analisado, e todas as obras foram unânimes em afirmar que os militares foram os artífices da transferência de poder para os governos civis que lhe sucedeu na presidência. A análise bibliográfica mostrou que no âmbito acadêmico o debate em torno da questão do controle político pelos militares, bem

como a transição proposta por eles, ainda tem sido motivo de acirrados debates, tanto pelos que defendem a necessidades de ter havido o controle por parte dos militares, quanto por aqueles que afirmam que as ações por eles realizadas foram um atentado contra a democracia.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar do processo político que se instaurou no Brasil durante 21 anos, é lidar com embates historiográficos, restauração da memória, numa mistura de dores, interesses, perdas, e certamente ainda levará muito tempo para se chegar a uma conclusão satisfatória, devido aos conflitos das diversas partes que defendem cada lado o seu ponto de vista. Para muitos o Brasil passava por um momento de revés político, onde o comunismo pretendia assumir a condução do país, e o que os militares fizeram foi nada menos que salvar o país de uma catástrofe de âmbito político, social e econômico que arrastaria o país ao caos. Já para outros, eles não poderiam retirar de cena um presidente legalmente constituído, sob pretexto de que estaria fazendo cumprir a constituição, quando ao assumirem o poder, estabeleceram uma série de medidas que contrariava a própria constituição, criando leis do próprio cunho do executivo, e legitimado por um Congresso amordaçado e biônico, que satisfaziam apenas interesses militares e econômicos nacionais e internacionais, restringindo grupos partidários, a imprensa, sindicatos e a própria população a uma série de medidas que os impediam de exercerem seus direitos de cidadãos.

Se perceberá que vários pesquisadores buscaram evidenciar que os militares sempre estiveram no controle não só em todos os setores da sociedade durante os anos de vigência, bem como na transição de governo, justamente para garantir uma saída honrosa, mas principalmente para garantir uma cobertura de suas impunidades constitucionais, estabelecendo uma série de medidas de manipulações eleitorais na escolha sempre predeterminada de políticos que possuíam a mesma linha de pensamento.

REFERÊNCIAS

- COUTO, Ronaldo Costa. **História indiscreta da ditadura e da abertura: Brasil 1964-1985**. 4° ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- DIMENSTEIN, Gilberto. **O complô que elegeu Tancredo**. Rio de Janeiro: Editora JB, 1985.
- DUARTE JR, João Francisco. **O que é realidade**. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- FERREIRA, Jorge; NEVES DELGADO, Lucília de Almeida (Orgs). **O tempo da Nova República: Da transição democrática à crise política de 2016. Quinta República**. 1° ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira.
- GASPARI, Elio. **A ditadura Derrotada**, 2°ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
_____ **A ditadura Encurralada**, 2° ed. Rio de Janeiro. Intrínseca, 2016.
_____ **A ditadura acabada**. 1° ed. Rio de Janeiro. Intrínseca, 2016.
- GRAEL, Dickson. *À sombra da impunidade*. Petrópolis.
- GUERELLUS, Natália de Santana; Haag, Fernanda Ribeiro. **História e historiografia do Brasil republicano**. Curitiba: InterSaber, 2019.
- FERREIRA, Jorge. **O tempo do regime autoritário: ditadura e redemocratização. Quarta república (1964- 1985)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- KUCINSKI, Bernardo. **Abertura, a história de uma crise**. São Paulo: Brasil debates, 2982.
- LINHARES, Maria Yeda (org.) **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro. Campus editora, 2000.
- NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.
- MARTINS, José Souza. **Do PT das lutas sociais ao PT do poder**. São Paulo: Contexto, 2016.
- PINHEIRO, Luiz Adolfo. **A república dos golpes (de Jânio a Sarney)**. Editora Best-Seller, 1993.
- SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De castelo a Tancredo. 1964-1985**. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1988.
- STEPAN, Alfred. **Os militares: Da abertura à nova república**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- VILLA, Marco Antônio. **Ditadura à brasileira- 1964 a 1985: A ditadura golpeada à esquerda e à direita**. São Paulo: Leya, 2014